

A REVOLUÇÃO DE 1930 E O DISCURSO DA RUPTURA: GOIÂNIA E A MARCHA PARA O OESTE

GENILDER GONÇALVES DA SILVA*

MARCELO DE MELLO **

Resumo: É comum encontrarmos confusões acerca da relação travada entre Goiânia e a política implementada por Vargas. Por esta razão, apresentamos elementos registrados no tempo e no espaço que possibilitam distingui-las: Goiânia como produto de demandas estaduais anunciadas desde 1930; e a Marcha para o Oeste, orquestrada por Getúlio Vargas, como iniciativa com abrangência nacional, anunciada no Estado Novo, em 1937.

Palavras-chave: Goiânia; Marcha para o Oeste; Pedro Ludovico; Getúlio Vargas.

Abstract: The Revolution of 1930 and the break discourse: Goiânia and the West Marching. It's common to find interpret confusion about the relation between Goiânia and the politic implemented by Vargas. By this reason, we show elements saveds in the time and space that make possible differentiate: Goiânia how products from

* Mestrando em Território e Expressões Culturais no Cerrado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e da Secretaria de Educação de Goiás. E-mail: <genilder@yahoo.com.br>.

** Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: <mello.marcelo.28@hotmail.com>.

estadual demand announced in 1930; while the March for the West, orchestrate by Getúlio Vargas, like start with national coverage, announced in the New State, in 1937.

Key-words: *Goiânia; March for the West; Pedro Ludovico; Getúlio Vargas.*

Introdução

O presente artigo é produto de questionamentos centrados nas relações estabelecidas entre Goiânia e a Marcha para o Oeste. É comum encontrarmos textos nos quais pairam confusões acerca dessa relação, a partir de perspectivas que situam a cidade-capital goiana e a Campanha de Getúlio Vargas como produtos de uma única plataforma de ações. Todavia, ao examinarmos os contextos da construção da capital do estado de Goiás e da implementação da Marcha para o Oeste, percebemos distinções registradas no tempo e no espaço que indicam a presença de fronteiras entre estas iniciativas.

No que tange à dimensão temporal, Goiânia emerge como projeto já em 1930, enquanto a Marcha para o Oeste foi anunciada no Estado Novo, iniciado em 1937.¹ No tocante à perspectiva espacial², a nova cidade-capital foi uma resposta de Pedro Ludovico Teixeira, em âmbito estadual, às demandas por um processo de modernização das relações produtivas; por sua vez, a Marcha orquestrada

¹ TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias*. Autobiografia. Goiânia: Cultura Goiana, 1973, p. 40.

² A dimensão espacial aqui destacada está privilegiando a questão das escalas estadual, regional e nacional.

por Getúlio Vargas materializou oito Colônias Agrícolas³, em distintas Unidades Federativas do território brasileiro, e criou a Fundação Brasil Central (FBC)⁴, ambas buscando promover o povoamento, o desenvolvimento econômico e a modernização sócio-cultural da região Centro-Oeste.

Para o exame das iniciativas promovidas por Vargas e Ludovico, destacamos a questão das escalas de suas ações: após a Revolução de 1930, o primeiro torna-se Chefe de Estado e o segundo interventor do estado de Goiás. Nesta perspectiva, para se firmar como interventor em Goiás, Pedro Ludovico privilegiou, desde os primeiros anos de governo, a construção de uma nova cidade-capital para o estado, com o intuito de romper com as bases de sustentação da estrutura oligárquica goiana. Em relação a Vargas, é na transição de 1937 para 1938 que o Chefe de Estado lança a Marcha para o Oeste, com vistas à manutenção de seu governo.

Getúlio Vargas apoiou o projeto de transferência da capital goiana apresentado por Pedro Ludovico. Podemos afirmar que ambos lograram êxito na produção de marcas para seus quinze anos de governo ininterruptos, de 1930 a 1945. Vargas e Ludovico retornaram

³ Destas Colônias, a primeira a ser fundada, em 1941, foi a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), que originou a cidade goiana de Ceres. Entre 1941 e 1948, além de Goiás, os estados da Federação que receberam Colônias Agrícolas foram: Amazonas, Pará, Maranhão, Paraná, Mato Grosso do Sul, Piauí e Minas Gerais. AZEVEDO, Vania Maria Ramos de. *Marcha para o Oeste: direito à propriedade ou sujeição ao trabalho? Cadernos IPPUR/ UFRJ*, Rio de Janeiro, Caderno 3, n. Especial, p. 93-117, dez. 1989.

⁴ A Fundação Brasil Central, implementada em 1943 a partir da Expedição Roncador-Xingu, na qual os irmãos Villas Bôas foram expedicionários.

ao poder executivo, em 1951, para permanecerem, aproximadamente, por mais quatro anos em seus respectivos cargos: o primeiro como Chefe de Estado e o segundo como governador de Goiás.

Ao longo desse período, os dois cristalizaram marcas frequentemente lembradas e revividas; discutidas e reinterpretadas. Por esta razão, é correta a avaliação de Maciel e Mello, que situam Vargas e Ludovico como responsáveis por ações significativas na (re)produção do território goiano e brasileiro.⁵ O território a que nos referimos é apresentado por Moraes como “resultado histórico do relacionamento da sociedade como o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento. Tal concepção resgata o diálogo da geografia com a história.”⁶ O caráter processual na produção de um território faz com que este conceito ocupe uma posição destacada em discussões historiográficas, geográficas, sociológicas, dentre outras. Obviamente, a nova capital goiana e a Marcha para o Oeste demandaram muitas pesquisas evidenciadoras dos contextos e das conjunturas em que foram produzidas. Contextos e conjunturas que revelam aproximações e distanciamentos presentes em suas histórias territorializadas. É o que veremos a seguir.

⁵ MACIEL, Dulce Portilho. Fundação Brasil Central: sua atribulada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro. *Plurais: Revista Virtual da UnU. Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas da UEG, Anápolis*, n. 2, v. 1, p. 145-162, jan./jun. 2005 e MELLO, Marcelo de. *Brasília e Águas Lindas de Goiás: a loucura e a razão no processo de produção de um território*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Espaciais, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2009.

⁶ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2002, p. 63.

Vargas, Ludovico e as escalas de suas ações

Ao pesquisar os processos que promoveram a construção de Goiânia e a implementação da Marcha para o Oeste, somos convidados a investigar, de maneira sistemática, iniciativas vinculadas a gestões autoritárias e a discursos progressistas, que ao longo da história foram sobrepostos. A afirmação: “para mim a Marcha para o Oeste era a grande solução para o Brasil”, feita por Pedro Ludovico, indica como os discursos do interventor goiano se aproximavam das falas de Getúlio Vargas.

Na verdade, a proximidade estava para além do discurso. Goiânia foi produto de uma demanda estadual enfrentada por Pedro Ludovico: sua idealização, construção e consolidação passam pela Revolução de 1930, entram no Estado Novo e ecoam na Marcha para o Oeste. Desta forma, devemos considerar a dimensão processual na (re)produção de um território e compreender sua complexidade, sem deixar de nos preocupar com a especificidade de cada momento.

Essa preocupação é fundamental na investigação dos discursos e das práticas de Ludovico e de Vargas. Especificamente no que se refere à relação estabelecida entre a construção de Goiânia e a Marcha para o Oeste, percebemos a existência de imprecisões produtoras de distorções representativas. Alguns registros apontam que Goiânia teria sido criada sob a influência da Marcha para o Oeste. Dentre os registros encontramos trabalhos acadêmicos importantes, afirmando que Goiânia: “surgiu como uma espécie de ponta-de-lança para a interiorização e modernização de uma parte do país rural:

era a concretização de um plano econômico da Marcha para o Oeste, anunciada pela política do Movimento de Trinta.”⁷ Este raciocínio propicia o entendimento de que Goiânia antecedeu a Marcha para o Oeste. Outro argumento sustenta que: “Ludovico selava a coincidência dos interesses regionais e federais em torno da construção da nova capital, já que uma das políticas do presidente Vargas era a Marcha para o Oeste, que tinha como meta de crescimento a tomada de território rumo ao Amazonas. Goiânia era um ponto estratégico desse roteiro.”⁸ Esta afirmação encontra-se acompanhada do discurso que Vargas proferiu por ocasião de sua visita à Goiânia, em 1940.

As imprecisões não param por aí. Um dos mais conhecidos e consultados *sites* de pesquisa situa Goiânia como produto da Marcha para o Oeste: “localizada no centro do seu estado, foi planejada e construída para ser a capital política e administrativa de Goiás *sob influência* da Marcha para o Oeste, política desenvolvida pelo governo Vargas para acelerar o desenvolvimento e incentivar a ocupação do Centro-Oeste brasileiro.”⁹ Embora o *site* não seja um portal oficial para consultas, ele atrai a atenção de estudantes, sendo responsável pela formação de entendimentos equivocados.

⁷ MORAES, Lucia Maria. *A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. Goiânia: UCG, 2003, p. 81.

⁸ MELLO, Márcia Metran de. *Goiânia: cidade de pedras e de palavras*. Goiânia: UFG, 2006, p. 34.

⁹ GOIÂNIA. In: *Origem. Wikipédia, a enciclopédia livre*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Goiânia>>. Acesso em: 20 jun. 2013. (Grifo nosso).

Buscando ampliar nossa compreensão sobre a percepção da relação travada entre Goiânia e a Marcha para o Oeste, solicitamos que dezesseis professores de História e Geografia, formados por diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), respondessem a seguinte questão: “para você, qual a relação entre a construção de Goiânia e a Marcha para o Oeste?”¹⁰ A principal imprecisão presente nas respostas dos professores foi que a Marcha para o Oeste promoveu a construção de Goiânia:

Eventos ocorridos não por acaso e sim promovidos de forma intencional pelo governo Vargas, que definiu o sentido da interiorização com a política federal denominada *Marcha para o Oeste*. Foi em virtude de tal política que ocorreu a construção e mudança da nova capital goiana. Aliado a tal projeto nacional o governo estadual, na figura de Pedro Ludovico Teixeira, esteve integrado a essa política (informação verbal).¹¹

A resposta está em consonância com os registros antes transcritos. A construção de Goiânia é atribuída à Marcha para o Oeste. A nova capital de Goiás aparece, invariavelmente, como marco inicial da política implementada por Vargas:

Sendo a construção de Goiânia arquitetada por Pedro Ludovico, dentro da propagada de modernização e a Marcha para o Oeste uma política de interiorização deflagrada pelo governo federal. Sendo assim, o alinhamento entre o governo estadual e governo federal

¹⁰ Os professores entrevistados atuam no ensino de Geografia e/ou História na Educação Básica do estado de Goiás e são Licenciados em Geografia ou História por uma das IES públicas do estado: Universidade Federal de Goiás e Universidade Estadual de Goiás. Os entrevistados responderam a questão apresentada por escrito sem que houvesse nenhum tipo de consulta.

¹¹ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. *Entrevista I*. [jun. 2013]. Entrevistador: Marcelo de Mello. Goiânia, 2013.

criou o cenário e as condicionantes para a construção de Goiânia, considerada marco inicial da política que ficou denominada Marcha para o Oeste (informação verbal).¹²

Outras respostas situam Goiânia e a Marcha para o Oeste como um empreendimento de Getúlio Vargas: “tanto Goiânia quanto a Marcha para o Oeste foram marcas da inovação trazida pelo governo ditatorial de Vargas” (informação verbal).¹³ Nesta perspectiva, a participação do interventor estadual na edificação da nova capital goiana fica secundarizada.

Todas as respostas dos professores se aproximaram das informações encontradas nos textos acadêmicos e no *site* Wikipédia sobre a construção de Goiânia. O fato das perspectivas equivocadas envolverem professores de mais de uma área do conhecimento, formados em mais de uma Instituição de Ensino Superior, indica a possibilidade de existência de uma sucessão de equívocos de caráter historiográfico.

De forma geral, as respostas elaboradas pelos professores destacaram o caráter protagonista que Goiânia e a Marcha para o Oeste assumiram em discursos modernizadores fundados nos ideais da modernidade. Discursos que ressaltavam a necessidade da promoção do progresso e da integração do território nacional no contexto da Revolução de 1930.

¹² Entrevista concedida por TAL, Fulana de. *Entrevista II*. [jun.2013]. Entrevistador: Genilder Gonçalves da Silva. Anápolis, 2013.

¹³ Entrevista concedida por TAL, Fulana de. *Entrevista III*. [jun.2013]. Entrevistador: Marcelo de Mello. Goiânia, 2013.

Os equívocos apresentados – em relação aos processos de construção de Goiânia e de implementação da Marcha para o Oeste – nos remetem a uma advertência feita por Hobsbawm: “quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca.”¹⁴ Seguiremos, inspirados em Hobsbawm, investigando os processos promotores da construção de Goiânia e da implementação da Marcha para o Oeste, a partir das escalas das ações de Vargas e de Ludovico.

A escala estadual

Partindo do princípio que é fundamental compreender a especificidade de cada tempo para investigarmos a produção de um território datado, iniciaremos o presente tópico ressaltando que, em escala nacional, coube a Getúlio Vargas levar adiante o projeto da Revolução 1930. No plano estadual, em Goiás, esta tarefa foi delegada por Getúlio Vargas ao interventor Pedro Ludovico Teixeira. No curso de nossa pesquisa, elegemos Palacin, Dayrell, Maciel e Estevam como principais interlocutores, pois suas obras foram fundamentadas em documentos importantes, caracterizados pela precisão de dados, o que nos ajudou a perceber elementos característicos de cada tempo.

¹⁴ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 13.

As obras dos autores supracitados evidenciam que, em Goiás, o movimento revolucionário recebeu saudações entusiasmadas. A Revolução foi percebida como uma verdadeira expressão de democracia, de liberdade e de justiça, que possibilitariam o fim da opressão oligárquica. O ideal de renovação se fazia presente e as esperanças foram depositadas no processo de produção de um *novo* estado de Goiás e de um *novo* Brasil. Podemos vislumbrar este sentimento em Palacin: “a Revolução de 30 tinha a ilusão, ou a ambição, de ser uma ruptura total com o passado. Um começo radical.” Nessa perspectiva, em Goiás “a revolução foi sentida como uma autêntica libertação.” Esse era o contexto no qual a Junta Governativa do Estado de Goiás buscava legitimar a Revolução e não faltaram medidas para garanti-la. A ideia de transferir a capital já foi lançada em 1930: “o próprio chefe das tropas revolucionária entradas em Goiás, Dr. Pinheiro Chagas, quem, no comício de exaltação da revolução vitoriosa, lançasse a idéia da necessidade da mudança da capital, associando-a agora ao processo revolucionário.”¹⁵

A proposta inicial de mudança da capital foi confirmada por Pedro Ludovico, no relatório enviado a Getúlio Vargas, em 1933:

O ambiente de sadia renovação, gerado no país pela vitória da Revolução de 30, não ficou felizmente, adstrito aos Estados mais adiantados. A transformação, operou-se também em Goiás. E o governo revolucionário que se instalou neste estado veio proporcionar à idéia da mudança da capital goiana a oportunidade de caminhar, afinal, para ambicionada realização.

¹⁵ PALACIN, Luís. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976, p. 22.

A nossa atitude decorre tanto do desejo de darmos a este grande Estado o ritmo de evolução que lhe é próprio, quanto dos compromissos morais que tacitamente assumimos nos tempos em que militávamos na oposição. Ontem revolucionário na oposição, hoje revolucionário no governo.¹⁶

A cidade de Goiás, a antiga capital, passou a representar a inércia e o atraso confrontados pelo ímpeto criador da Revolução. Por isso, além das razões geográfico-econômicas da mudança, podemos acrescentar o significado da Revolução “como libertação do passado e como criação de um mundo novo.”¹⁷ Para o autor, uma parcela considerável dos goianos entendia que estavam sendo materializadas as condições fundamentais para a produção de um *mundo novo*.

Nesse percurso renovador, Pedro Ludovico foi nomeado, em 22 de novembro de 1930, interventor federal do estado de Goiás, em substituição à Junta Revolucionária. Para Palacin, “a situação do interventor era privilegiada face à ação. Sem compromissos com os eleitores, sem Assembléia, livre ante os interesses e as pessoas do sistema antigo, só era responsável para com a Revolução – uma revolução sem programa.”¹⁸ Situamos a referida ausência de programa dos revolucionários, para Goiás, no rol dos motivos que fizeram

¹⁶ RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas dd. Chefe do Governo Provisório, e ao povo goiano, pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado, 1930-1933. Goiás, 1934, p. 122.

¹⁷ PALACIN, op. cit., 1976, p. 23.

¹⁸ PALACIN, op. cit., 1976, p. 27.

Pedro Ludovico levar em frente o plano de mudança da capital, com vistas à consolidação de sua posição como interventor federal. O cenário goiano que sucedeu a vitória dos revolucionários:

Não provocou mudanças imediatas na ordem sócio-econômica de Goiás. As estruturas – vida social e material, refletidas na organização produtiva, nas relações de trabalho, na arrecadação tributária e despesas administrativas do governo, bem como no cotidiano da população – persistiram similares ao passado.¹⁹

A oligarquia goiana ainda impunha limites à ação política engendrada pelos revolucionários de 30. A busca pela superação dos entraves impostos pelos *coronéis* pode ser sentida nos elementos destacados nos discursos e documentos oficiais. Referindo-se a Pedro Ludovico, Estevam evidencia:

Propalava – como objetivo primeiro de sua gestão – a solução global dos problemas regionais e almejava inaugurar uma era de desenvolvimento para Goiás. Lemas como “novo tempo” e “modernismo” foram arrolados nos documentos oficiais dos anos trinta e a construção de uma nova capital representava o empreendimento sintetizador do afã de desenvolver o estado.²⁰

Como citado anteriormente, a ideia da transferência da capital goiana já havia sido apresentada pelo Dr. Pinheiro Chagas, em 1930. A primeira manifestação pública de Pedro Ludovico, com vistas à mudança da Capital, foi apresentada na cidade de Bonfim, durante um congresso de municípios, em 04 de julho de 1932.²¹ Na ocasião,

¹⁹ ESTEVAM, Luis Antônio. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: UCG, 2004, p. 99.

²⁰ ESTEVAM, op. cit., 2004, p. 99.

²¹ Atual cidade de Silvânia (GO).

Pedro Ludovico referiu-se à futura capital, afirmando que “o grande problema”, para sua construção, “está em estudos e prometo resolvê-lo brevemente de acordo com os interesses do Estado.”²²

Certamente, naquele momento, Pedro Ludovico estava avaliando as “aspirações das cidades do interior goiano quanto ao projeto da mudança.”²³ No entendimento de Chaul, aquele pronunciamento serviu de “termômetro”. A mudança da capital, proclamada por Ludovico, provocou uma batalha discursiva com argumentos contrários e favoráveis à transferência da sede administrativa.

Por se tratar de um regime autoritário, entendemos que os trâmites para a mudança da capital já estavam em curso. Para Ludovico, construir uma nova capital significava colocar Goiás no caminho do progresso: era necessário trazer a capital para mais perto da Estrada de Ferro, aproximando-a do centro-sul do País. Pedro Ludovico foi acusado de pensar em uma capital para as regiões Sul e Sudoeste de Goiás, conforme evidencia Lúcia, “mais do que uma capital para o Estado, pensava-se numa capital para o Sul e o Sudoeste, isto é, para o centro econômico de Goiás.”²⁴ Esta intenção também foi constatada por Estevam. Para este autor:

²² PALACIN, op. cit., 1976, p. 51.

²³ CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 3. ed. Goiânia: UFG, 2010, p. 227.

²⁴ SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. 1982. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da FFLCH/USP, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1982, p. 184.

O que esteve por detrás da construção de Goiânia foi a viabilização de um projeto para proporcionar maiores possibilidades de produção e comercialização da riqueza do sul do Estado. Mais do que uma capital para o Estado, pensava-se numa capital para o Sudoeste – centro econômico dominante de Goiás.²⁵

Com vistas à consolidação do projeto de transferência da capital, Pedro Ludovico viajou, em outubro de 1932, para o Rio de Janeiro, com a finalidade de conseguir a aprovação e a ajuda de Getúlio Vargas para a transferência da capital. Ao retornar ao estado com a aprovação de Vargas, o Interventor goiano, em 20 de dezembro do mesmo ano, “nomeia uma comissão de Sindicância para proceder aos estudos pertinentes à escolha de local para nele ser edificada a Nova Capital do Estado.”²⁶ A comissão era composta por sete membros e tinha como presidente o bispo D. Emanuel Gomes de Oliveira. Em 3 de janeiro de 1933, a comissão se reuniu e apresentou quatro localidades que poderiam converter-se em capital: Bomfim (Silvânia), Pires do Rio, Batã (Orizona) e Campinas.

No dia 4 de março, já com a avaliação de uma subcomissão técnica, um estudo completo das localidades foi entregue a Pedro Ludovico, sendo Campinas o local selecionado. Um renomado urbanista, Armando Augusto de Godoi, chancelou a escolha do lugar para a transferência da nova capital. Em 18 de maio de 1933, foi demarcada a área e as bases para construção da cidade.²⁷

²⁵ ESTEVAM, op. cit., 2004, p. 33.

²⁶ SABINO JUNIOR, Oscar. *Goiânia global*. Goiânia: Oriente, 1980, p. 159.

²⁷ SABINO JUNIOR, op. cit., 1980, p. 188.

No dia 13 de janeiro de 1933, segundo Palacin, o governo federal autorizou o primeiro empréstimo, de 6.000 contos, para liquidar dívidas estaduais e construir a nova capital goiana. Como parâmetro para dimensionar o valor concedido neste empréstimo, o historiador destacou que “a receita total do Estado, em 1932, foi de 5.500 contos.”²⁸ Os trâmites para a construção da nova capital já estavam acertados. Os goianos da cidade de Vila Boa, antiga capital estadual, perceberam que o discurso proferido na cidade de Bomfim, pelo interventor, estava sendo materializado, a despeito das pressões exercidas pelos antimudancistas, contrários à nova capital. A oposição chegou a impetrar recursos junto ao Conselho Consultivo do Estado (órgão controlador dos interventores durante a ditadura) e até mesmo junto ao Governo Provisório no Rio de Janeiro. Contudo, não obteve êxito. Em 24 de outubro de 1933, ocorreu o lançamento da “pedra fundamental”: “Nascia a cidade!”²⁹

Além de representar o início da construção da nova capital, o lançamento da “pedra fundamental” serviu, também, para avaliar a situação dos dois partidos que disputaram, acirradamente, a preferência dos eleitores goianos na eleição para deputados realizada em outubro de 1934. O bipartidarismo existente promoveu a disputa entre os *situacionistas* do partido da revolução, o Partido Social Republicano (PSR) –, que trazia o *slogan*: “Goiás é o corpo de que

²⁸ PALACIN, op. cit., 1976, p. 32.

²⁹ PALACIN, op. cit., 1976, p. 59.

Goiânia é a cabeça”; contra a Coligação Libertadora Goiana, formada pelos oposicionistas, *caiadistas* e dissidentes do PSR, presidida por Velasco, que entoavam os seguintes *slogans*: “pau nos mudancistas” e “o povo sacrificado de Vila Boa.”³⁰

Em 14 de outubro de 1934 ocorreram as eleições. Concluídas as apurações, “três dos quatro deputados federais e 18 dos 24 estaduais pertenciam ao PSR”. O resultado não deixou dúvidas quanto à vontade popular de concretizar a mudança da capital. A eleição para governador do Estado foi realizada de maneira indireta, em conformidade com a Constituição de 1934. Os deputados estaduais elegeram, com 16 votos, Pedro Ludovico governador do estado de Goiás. Rapidamente, o governador eleito reuniu sua base de apoio e reafirmou a promessa de campanha: “se eleito fosse, levaria avante o problema da mudança da capital.”³¹

No dia 14 de novembro de 1935, o professor Venerando de Freitas foi nomeado, por Ludovico, o primeiro prefeito de Goiânia. No mesmo ano, “de uma forma sigilosa, o Governador deixava a cidade de Goiás, para fixar-se definitivamente em Goiânia.”³² Alguns órgãos, por meio de decreto do governador, o acompanharam. A essa altura, Pedro Ludovico não era mais um interventor, mas governador eleito pelos deputados.

³⁰ PALACIN, op. cit., 1976, p. 64.

³¹ PALACIN, op. cit., 1976, p. 65.

³² PALACIN, op. cit., 1976, p. 72.

Entretanto, os obstáculos criados pelos antimudancistas continuavam interferindo na aprovação definitiva da lei de transferência da capital. O judiciário e o legislativo estaduais permaneciam na Cidade de Goiás. O debate sobre a transferência da capital, naquele momento, estava centrado nas compensações para a antiga Vila Boa. O contexto político era delicado para Pedro Ludovico. Alguns deputados da base de Ludovico faziam chantagem política, inclusive, desligando-se de seu partido. Diante deste cenário, restou a Pedro Ludovico “partir para a violência”, enviando para a Cidade de Goiás soldados “com o calculado objetivo de estabelecer o pânico.” Além desta estratégia, Ludovico contava com o apoio e a solidariedade trazida por delegações do interior, encorajando-o a se expressar de forma autoritária: “com a lei ou sem a lei, pela força do direito ou pelo direto da força, tê-la-eis aqui muito breve.”³³ Este pronunciamento demonstrava os empecilhos apresentados pela oposição, que não admitia nenhuma possibilidade de acordo.

Nesse período politicamente conturbado, Goiânia contava com “seis mil habitantes”³⁴, que aspiravam pela consolidação da nova Capital. Em 1937, Pedro Ludovico Teixeira decretou a transferência da sede administrativa.³⁵ Getúlio Vargas visitou Goiânia em 1940. Dois anos depois, aconteceu a inauguração oficial da nova

³³ PALACIN, op. cit., 1976, p. 79.

³⁴ PALACIN, op. cit., 1976, p. 79.

³⁵ SABINO JUNIOR, op. cit., 1980, p. 247.

Capital, em julho de 1942. A inauguração oficial da cidade foi chamada de “Batismo Cultural”, sendo marcada por uma extensa programação registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao avaliar a construção de Goiânia, Palacin afirmou:

Goiânia foi uma aposta ao desenvolvimento, um crédito aberto ao futuro [...] os homens de 30 não se equivocaram ao construir a cidade, mas poucas de suas previsões mais importantes se realizaram; umas vezes esperaram de mais e outras vezes esperaram de menos.³⁶

Goiânia foi uma aposta ambiciosa frente às realidades políticas e econômicas de Goiás. Notoriamente, Presidentes da Província de Goiás indicaram a necessidade de mudança da sede administrativa. Todavia, em nosso trabalho, consideramos a construção de Goiânia inserida no contexto da Revolução de 1930.

A epopéia iniciada em 1930, com o Dr. Pinheiro Chagas, e finalizada em 1942, com o *Batismo Cultural* comandado por Pedro Ludovico, durou mais de uma década. Neste ínterim, a construção da cidade-capital sofreu diversas influências. Em 1934, temos as repercussões do momento democrático inspirado pela Revolução Paulista de 1932; que, posteriormente, foi envolvida pela atmosfera autoritária do Estado Novo. Ainda nesse contexto, Goiânia “assiste” o famoso discurso da meia noite de Vargas, pronunciado no dia 31 de dezembro de 1937, no Rio de Janeiro, quando é anunciada a Marcha para o Oeste. Não podemos deixar de destacar, também, que a nova sede administrativa do estado de Goiás foi inaugurada em

³⁶ PALACIN, op. cit., 1976, p. 93.

1942, em plena Segunda Guerra Mundial. Goiânia foi construída em um ambiente de profundas batalhas discursivas, com vistas à produção de uma nova mentalidade inspirada nos ideais da modernidade. Seus edifícios refletem o espírito de tempos e lugares produzidos a partir de bases científicas disciplinadoras, fundadas no pensamento euclidiano balizador da *Art Decó*. Da mesma forma, o traçado das ruas seguiu bases geométricas bem definidas. A nova capital fundamentou discursos que deveriam produzir um novo homem. Esta era uma necessidade para a abertura das portas do Cerrado goiano para a modernização prometida por Pedro Ludovico Teixeira.

A escala federal

Na instância Federal, o ato revolucionário de 1930 colocou Getúlio Vargas à frente do Governo Provisório. A nova fase política brasileira foi caracterizada com um

[...] novo período da história política do país, a *República Nova*, período também chamado de *Era Vargas*. Iniciou-se, naquela ocasião, um processo de concentração do poder político nacional, no âmbito do poder executivo da esfera federal de governo. Eliminava-se, deste modo, o caráter federativo da União brasileira, definido na primeira Constituição republicana do país (de 1891) e, bem assim, a natureza dita liberal democrática de que, desde então, se revestira o regime de governo.³⁷

Na qualidade de Chefe Civil da Revolução, uma das primeiras medidas de Getúlio Vargas foi a concessão de anistia política a

³⁷ MACIEL, op. cit., 2005, p. 148.

muitos tenentes e outros revolucionários do movimento de 3 de outubro de 1930: “uma anistia em causa própria”. Vargas, no contexto inicial da Revolução de 1930, precisava equilibrar-se entre interesses e correntes ideológicas conflitantes, explica Mendes:

À sua esquerda, os tenentes, inspirados por um marxismo imberbe, exigiam mudanças radicais; à sua direita, os estancieiros e grandes proprietários de terras, apenas preocupados em acotovelar-se no parapeito do poder e assim continuar influenciando nas decisões; à sua frente, um país sem feições de nação, um povo sem direitos mínimos de cidadania, uma classe trabalhadora urbana com reivindicações cada vez mais claras.³⁸

Getúlio Vargas, ao assumir a Chefia do Governo Provisório, assinou um decreto pelo qual enfeixava os poderes Executivo e Legislativo até que uma Assembléia Constituinte fosse organizada. Entre as forças que viabilizaram a Revolução de 1930, havia uma divisão: de um lado, os que exigiam eleições presidenciais sem o estabelecimento de muitas mudanças; de outro, os tenentes alimentavam a continuidade do Governo Provisório, como instrumento adequado à realização de mudanças na estrutura política do País. Aos primeiros, Vargas ofereceu um novo Código Eleitoral; aos tenentes, ofereceu o controle político dos estados, entregando-lhes as interventorias. Nesse contexto, Goiás representou uma exceção; pois Pedro Ludovico não fazia parte de nenhum desses grupos.

Em São Paulo, o Partido Democrático, que apoiou a Revolução de 1930, sentiu seus interesses prejudicados devido à solução

³⁸ MENDES, Oswaldo. *Biografias*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1985, p. 30.

conciliadora adotada por Vargas e juntou-se ao Partido Republicano, formando uma frente única de oposição. São Paulo mobilizou-se para uma guerra civil em larga escala. A Revolução Paulista de 1932, conforme ficou conhecida – fundada numa bandeira democrática e constitucionalista – mesmo sendo debelada, promoveu o desejo por um regime democrático. Eleições foram realizadas em 1933, com vistas à formação de uma Assembléia Constituinte. Assim, a Nova Carta Magna, Promulgada em 1934, previa que os deputados estaduais e federais elegeriam o presidente da República, os senadores e os governadores, em suas respectivas Câmaras. No mesmo ano, Getúlio Vargas foi eleito presidente do Brasil. Em Goiás, a Câmara estadual elegeu Pedro Ludovico.

Enquanto Vargas era eleito presidente constitucional pelo Congresso, as organizações populares fortaleciam-se em grandes greves. Nesse contexto, pólos antagônicos e irreconciliáveis logo se definiram: Aliança Nacional Libertadora (organizações populares e o Partido Comunista) e Ação Integralista Brasileira (anticomunismo – servia aos interesses das classes dominantes). As forças populares foram qualificadas como “subversivas” pelo Congresso, que aprovou, em 30 de março de 1935, uma Lei de Segurança Nacional concedendo ao presidente Vargas amplos poderes.³⁹

Em 5 de julho de 1935, Luis Carlos Prestes publicou um manifesto de apoio à Aliança Nacional Libertadora, acusando Getúlio

³⁹ MENDES, op. cit., 1985, p. 36.

Vargas e as classes dominantes de marcharem ostensivamente para uma “ditadura fascista” e conclamou as organizações populares à luta pela libertação nacional. Esse manifesto previa um levante – que ocorreu nos quartéis e não contou com apoio popular – para tomada de poder. O desenrolar desse fato desencadeou o episódio que ficou conhecido como a Intentona Comunista.

Getúlio Vargas aproveitou esses fatos para concentrar, ainda mais, o poder em suas mãos. Houve perseguição violenta e as cadeias ficaram abarrotadas de simpatizantes da Aliança Nacional Libertadora. Vargas remodelou o Exército e a Marinha, realizou obras públicas, propalou discursos anticomunistas e de progresso industrial, ganhando a simpatia dos industriais. Para as classes trabalhadoras acenou com algumas medidas, como a criação da Justiça Especial do Trabalho.

A sucessão presidencial anunciada para 1938 se aproximava. Os candidatos preparavam-se para a disputa. Nesse contexto, o Congresso percebeu que havia dado muito poder ao Presidente Vargas e recusou a renovação do Estado de Sítio por ele pedido. Vargas suscitou o fantasma do comunismo libertando presos políticos. As ruas tornaram-se palco de conflitos. A “temperatura” aumentou. A campanha presidencial foi envolvida por um clima de tensão.

Nos últimos dias de setembro de 1937, um plano de tomada do poder pelos comunistas chegou, através do capitão Olímpio Mourão Filho, ao general Góis de Monteiro, Chefe do Estado-Maior

do Exército, que o encaminhou ao Ministro de Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e ao Presidente da República. Este plano, batizado de Plano Cohen – Cohen seria o nome de seu suposto autor –, foi o pretexto que faltava para o golpe. Publicado o Plano Cohen nos jornais, o Congresso decretou Estado de Guerra em todo o país, devolvendo a Getúlio Vargas o pleno poder de intervenção nos estados. De imediato, Vargas ordenou o fechamento do Congresso. Uma nova Constituição foi publicada. As prisões voltavam a receber milhares de opositores. Getúlio Vargas fez uma “Proclamação ao povo brasileiro”, irradiada para todo o território nacional, comunicando a instauração do Estado Novo.⁴⁰

No Estado Novo, graves problemas nacionais continuavam exigindo soluções, como a imigração estrangeira, a migração interna, a crise de exportação, os conflitos agrários e a recessão financeira. Para enfrentar tais questões, Getúlio Vargas precisava sistematizar seus discursos, apresentando iniciativas que o sustentassem perante a população afetada por severas demandas: a Marcha para o Oeste foi anunciada neste contexto.

Vários autores consideram que a Marcha para o Oeste foi lançada, oficialmente, por meio de um discurso proferido por Vargas no último dia do ano de 1937. O referido discurso está situado entre os mais famosos e expressivos do ex-presidente: o famoso “discurso da meia noite”, como depois os áulicos do poder o batizaram:

⁴⁰ MENDES, op. cit., 1985, p. 39.

O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas venturosas. E lá teremos de ir buscar, dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas. Das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial.⁴¹

A Marcha para o Oeste foi uma iniciativa implementada no contexto de concentração de poder nas mãos do Chefe do Executivo Federal:

A Marcha para o Oeste foi lema cunhado pelo Estado Novo para se referir às medidas que preconizavam, visando ocupar e colonizar o interior do País, ou seja, a região do Planalto Central. Não se pode dizer, contudo, que a Marcha tenha consistido num programa de governo, no sentido de ter reunido um conjunto articulado de medidas e de políticas. A sua eficácia maior parece ter sido ideológica [...]. O lema da marcha reforçava o objetivo maior de reconstrução nacional do Estado Novo.⁴²

O discurso da Marcha para o Oeste, na pretensão de Getúlio Vargas, era uma estratégia de defesa das fronteiras por meio da ocupação do interior do Brasil, que se apresentava pouco povoado. Persistia a necessidade de encontrar soluções para antigos entraves, como a imigração, a concentração demográfica nos centros urbanos litorâneos e a necessidade da produção de alimentos para suprir o mercado interno. Estas questões deveriam ser enfrentadas pelo Governo Federal:

O movimento para o oeste vai englobar muitos interesses coincidentes. Os problemas de segurança, de mercado, de produção, de fonte de riqueza, de reforço do ideal nacional, de exigência de vastos territórios,

⁴¹ IBGE. *GOIÂNIA*. Coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao batismo cultural de Goiânia. Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico, 1942, p. 48.

⁴² AZEVEDO, op. cit., 1989, p. 93.

acompanham a necessidade da posse da terra para os pequenos lavradores e da possibilidade de dirigir as correntes migratórias, desagregando os problemas e as tensões sociais nos centros urbanos.⁴³

Para Gomes, o sentido mais profundo da Marcha para o Oeste era ocupar o interior do Brasil, a partir da organização de colônias agrícolas.⁴⁴ A Marcha para o Oeste poderia oferecer a segurança imprescindível em um momento caracterizado pela incerteza:

Procura-se resolver os problemas do trabalhador nacional [...] sem comprometer a estrutura agrária [...]. O problema do descongestionamento da cidade encontra também como solução viável desse deslocamento da população migrante em direção do sertão. Relaciona-se a este problema a política de redistribuição nacional da população.⁴⁵

Velho, ao abordar a questão do processo de ocupação do território brasileiro faz a seguinte afirmação: “em 1938 o governo anuncia uma Marcha para o Oeste.”⁴⁶ A divergência entre datas existe, mas não altera o contexto em que a Marcha foi anunciada, pois o pronunciamento de Vargas ocorreu na transição de 1937 para 1938.

Finalmente, Maciel nos apresenta o cenário produtor da Marcha para o Oeste, além de apontar importantes elementos a ela vinculados:

⁴³ ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das bandeiras: análise simbólica dos discursos sobre imigração e colonização do Estado Novo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1972, p. 76.

⁴⁴ GOMES, Ângela Maria de Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: *Estado novo: poder e ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 154.

⁴⁵ DAYRELL, Eliane Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o oeste*. Goiânia: UFG, 1974, p. 74.

⁴⁶ VELHO, Otavio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, p. 141.

Em 1937, dando-se fim a um breve período democrático iniciado em 1934, instituiu-se no país o regime de inspiração fascista denominado Estado Novo. Lançou-se então, de imediato, a campanha da “Marcha para o Oeste”. Veiculada inicialmente pela imprensa oficial, mediante um discurso de inequívoco teor ideológico, buscando-se a legitimação do novo regime, a campanha receberia logo a adesão de numerosos veículos da área privada de comunicação. Seguiu-se uma série de iniciativas da parte do governo federal, no sentido de promover o povoamento, o desenvolvimento econômico e a modernização sócio-cultural da região Centro-Oeste. Entre estas iniciativas, a de maior envergadura foi a criação da Fundação Brasil Central (FBC). Outras ações de relevo foram: a implantação das Colônias Agrícolas Nacionais.⁴⁷

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, duas preocupações ganharam destaque: a proteção das fronteiras brasileiras contra um possível ataque externo e o estabelecimento de um controle do movimento imigratório advindo do contingente europeu, palco principal do conflito mundial.

A Segunda Guerra Mundial acentuava as perspectivas de crise interna e abria caminho para o fortalecimento dos discursos de Vargas. Neste contexto, a Marcha para o Oeste ocupou um lugar central:

No contexto da Guerra: “Eliminar os espaços potencialmente ricos e desocupados que despertam apetites perigosos num mundo de crescentes pressões demográficas”. O ministro João Alberto, ex-comandante na Coluna Prestes, ex-interventor de São Paulo, deu início à tarefa do desbravamento do Brasil Central e Ocidental.⁴⁸

⁴⁷ MACIEL, Dulce Portilho. *Goiânia (1933-1963): Estado e capital na produção da cidade*. 1996. Tese (Doutorado em História) – Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1996, p. 172.

⁴⁸ BERTRAN, Paulo. O desbravamento do Brasil Central começou com a construção da cidade Goiânia, iniciativa de Getúlio Vargas. *Revista História Viva Grandes Temas*. O Brasil que Getúlio Sonhou. São Paulo, Ediouro, v. 1, n. 4, ago. 2004, p. 69.

Portanto, a Marcha para o Oeste configurou-se como uma produção do Estado Novo ou Estado Nacional, termo preferencialmente usado por Getúlio Vargas. O Estado Nacional propunha realizar uma integração entre as regiões do Brasil por meio da Marcha para o Oeste. A ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste era fundamental. Um dos maiores ideólogos da Marcha para o Oeste foi Cassiano Ricardo, que por muitos anos despachou junto à Casa Civil. Em 1940, ele lança a sua obra principal – Marcha para o Oeste – que apresenta bem o viés ideológico do sentido conferido à Marcha. Por sinal, a relevância da obra de Cassiano está em transcrever os discursos oficiais daquele momento.

Considerações finais: o encontro das escalas

Retomaremos, neste ponto, o diálogo entre Ludovico e Vargas: os produtores de Goiânia e da Marcha para o Oeste. Podemos afirmar que a intenção de construir uma nova capital para Goiás, considerando o contexto revolucionário de 1930, é anterior ao projeto da Marcha para o Oeste, anunciado por Vargas no ano de 1937. Pelo menos seis anos os separam. Esse tempo é representativo, considerando o contexto de quinze anos ininterruptos e simultâneos em que Pedro Ludovico e Getúlio Vargas estiveram à frente dos seus respectivos governos.

A transferência da capital do estado de Goiás para Goiânia, realizada oficialmente por meio de decreto em 1937, no contexto da instauração do Estado Nacional, significou uma aproximação ainda

maior das iniciativas de Ludovico e Vargas. A evidência de uma aproximação contextual e conjuntural entre Goiânia e a Marcha para o Oeste, a partir de 1937, pode ser observada:

Nesse momento, apenas a construção de Goiânia seria a pedra de toque, o marco concreto de tijolos e cimento capaz de alicerçar a ideologia nebulosa de uma “Marcha para o Oeste”. A obra foi coordenada pelo interventor Pedro Ludovico, até mesmo com um certo descaso por parte de Vargas.⁴⁹

Em 1940, pela primeira vez um presidente da República re(pousava) em Goiás. Certamente, uma cidade-capital moderna, erigida com a aprovação do Governo Federal, justificou e expressou as demandas pelo “novo” e convocou a presença do Chefe de Estado. Bertran contextualizou o cenário político em que Vargas visitou Goiânia:

Vargas conhece Goiânia em 1940. Aproveitou para veranejar cinco dias na Ilha do Bananal, pórtico do cenário das aventuras de Fawcett e de Hermano Ribeiro, tão badaladas à época. A Segunda Guerra Mundial estava eclodindo generosa no teatro europeu, enquanto Getúlio descansava no oco do mundo, reconhecendo e fotografando do avião aldeias Xavantes no vale do Araguaia.⁵⁰

Os contextos da transferência da capital goiana (de 1930 a 1942) e a visita de Vargas a Goiânia, em 1940, foram incorporados à Marcha para o Oeste. Pensamos que uma apropriação histórica imprecisa destes eventos promoveu uma confusão em torno das aproximações e dos distanciamentos presentes nos processos de construção de Goiânia e de implementação da Marcha para o Oeste.

⁴⁹ BERTRAN, op. cit., 2004, p. 69.

⁵⁰ BERTRAN, op. cit., 2004, p. 69.

Podemos precisar a data em que Goiânia passou a existir? Teria sido em 1930, quando o Dr. Pinheiro Chagas, em Vila Boa, anunciou a vitória da *Revolução* e a necessidade de transferência da capital goiana? Ou em 1932, quando Pedro Ludovico seguiu para o Rio de Janeiro em busca da aprovação de Vargas para transferir a capital goiana? Ou ainda em 1933, com o lançamento da “pedra fundamental”? Temos outras possibilidades: a nova capital emerge em 1935, ocasião em que o professor Venerando foi escolhido primeiro prefeito; ou o ano de 1937, quando se dá a transferência oficial da Capital? Resta o importante evento de 1942, conhecido como o *Batismo Cultural* de Goiânia!

Outra importante questão: em âmbito federal, os revolucionários sabiam quanto tempo duraria a consolidação da vitória de 1930? É possível determinar a duração de alguma Revolução em curso? Pensamos que não! Getúlio Vargas, após exercer o Governo Provisório até 1934, continuou no posto reconduzido pela via da eleição indireta até 1937, quando as condições para a instauração do *Estado Nacional* estavam consolidadas. Foi nesse contexto que Vargas anunciou a Marcha para o Oeste. Porém, as condições materiais para sua implementação se dão com a Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir de 1941, quando o Brasil posiciona-se na Guerra ao lado dos Aliados. Nesse cenário de Guerra, uma representativa ação de Vargas materializada do território brasileiro foi a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG).

Percebemos, então, que os intrincados meandros delineados nos contextos e nas conjunturas presentes nas gestões de Ludovico e Vargas promoveram sobreposições e superposições nas análises de seus discursos e suas ações. Com o intuito de identificar as fronteiras existentes nos processos de produção de Goiânia e da Marcha para o Oeste, elegemos a *escala* como elemento individualizador das ações e dos discursos de Ludovico e de Vargas. Por meio dela, apresentamos uma proposta de aferição das aproximações e distanciamentos presentes nas realizações dos dois homens públicos destacados no presente artigo.

Referências

Bibliografia

AZEVEDO, Vania Maria Ramos de. Marcha para o Oeste: direito à propriedade ou sujeição ao trabalho? *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro, Caderno 3, n. Especial, p. 93-117, dez. 1989.

BERTRAN, Paulo. O desbravamento do Brasil Central começou com a construção da cidade Goiânia, iniciativa de Getúlio Vargas. *Revista História Viva Grandes Temas*. O Brasil que Getúlio Sonhou. São Paulo, Ediouro, v. 1, n. 4, ago. 2004.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 3. ed. Goiânia: UFG, 2010.

DAYRELL, Eliane Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o oeste*. Goiânia: UFG, 1974.

ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das bandeiras: análise simbólica dos discursos sobre imigração e colonização do Estado Novo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1972.

ESTEVAM, Luis Antônio. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: UCG, 2004.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: *Estado novo: poder e ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MACIEL, Dulce Portilho. Fundação Brasil Central: sua atribulada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro. *Plurais: Revista Virtual da UnU. Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas da UEG, Anápolis*, n. 2, v. 1, p. 145-162, jan./jun. 2005.

_____. *Goiânia (1933-1963): Estado e capital na produção da cidade*. 1996. Tese (Doutorado em História) – Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1996.

MELLO, Márcia Metran de. *Goiânia: cidade de pedras e de palavras*. Goiânia: UFG, 2006.

MELLO, Marcelo de. *Brasília e Águas Lindas de Goiás: a loucura e a razão no processo de produção de um território*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Espaciais, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2009.

- MENDES, Oswaldo. *Biografias*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1985.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- MORAES, Lucia Maria. *A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. Goiânia: UCG, 2003.
- PALACIN, Luís. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.
- SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. 1982. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da FFLCH/USP, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1982.
- VELHO, Otavio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

Fontes

- Entrevista concedida por TAL, Fulana de. *Entrevista I*. [jun. 2013]. Entrevistador: Marcelo de Mello. Goiânia, 2013.
- Entrevista concedida por TAL, Fulana de. *Entrevista II*. [jun.2013]. Entrevistador: Genilder Gonçalves da Silva. Anápolis, 2013.
- Entrevista concedida por TAL, Fulana de. *Entrevista III*. [jun.2013]. Entrevistador: Marcelo de Mello. Goiânia, 2013.
- GOIÂNIA. In: *Origem. Wikipédia, a enciclopédia livre*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Goiânia>>. Acesso em: 20 jun. 2013.
- IBGE. *GOIÂNIA*. Coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao batismo

cultural de Goiânia. Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico, 1942.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas dd. Chefe do Governo Provisório, e ao povo goiano, pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado, 1930-1933. Goiás, 1934.

SABINO JUNIOR, Oscar. *Goiânia global*. Goiânia: Oriente, 1980.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias*. Autobiografia. Goiânia: Cultura Goiana, 1973.

Recebido em 10 de março de 2013; aprovado em 21 de junho de 2013.